

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENFOQUE PARTICIPATIVO NA EXTENSÃO RURAL

Resumo

Após uma discussão ampla com organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à luta pela terra, o governo federal, em 2003, define uma nova política estabelecadora dos princípios que devem orientar a ação do extensionista rural no Brasil, visando alcançar, principalmente, os serviços oficiais de extensão rural, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Esse trabalho objetivou trazer a discussão da nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) proposta pela PNATER, enfocando desde a formação profissional, o processo metodológico e de comunicação e a ação do extensionista. A Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, aprovada em maio de 2004, define, entre vários outros assuntos, que a mesma deve contribuir para: implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável; ruptura com o modelo extensionista, baseado na teoria da difusão de inovações; uso das metodologias participativas nos serviços públicos de ATER e os seus agentes, agindo como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável e até mesmo uma nova postura institucional. Por tanto, as metodologias utilizadas no campo precisam passar por transformações, adequações e mesmo por uma adaptação dos sujeitos envolvidos no processo da extensão às novas ferramentas, inclusive de comunicação. As discussões feitas ao longo desse trabalho teórico levou a entender que, sendo o extensionista e o agricultor os principais sujeitos, estes determinam com que objetivo será conduzida a prática da extensão rural. Para isso, o extensionista tem em suas mãos, como ferramentas de trabalho, as metodologias utilizadas para trabalhar o conhecimento e as técnicas com os agricultores; a presença do próprio Estado que cria os programas de extensão bem como as universidades que por meio da Ciência forma o profissional extensionista. Isto é, refletido diretamente no modo de pensar do extensionista, na lógica com que conduzirá seus conhecimentos técnicos ao sujeito do meio rural, na escolha das metodologias que utilizará e na sua pré-concepção do mundo rural.

Palavras-chave: Ciências Agrárias; Desenvolvimento Rural; Metodologia Participativa.

Introdução

A extensão rural brasileira começou no ano 1948 no estado de Minas Gerais, porém seu modelo e objetivos práticos não surgiram de

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

uma demanda desse estado e, nem tão pouco, da realidade do meio rural brasileiro. A maior influência nesse cenário veio dos Estados Unidos por meio dos programas de ajuda ao desenvolvimento do “Terceiro Mundo”. Dessa forma, organizações públicas e privadas desse país norte-americano mandaram profissionais formados no seio da Sociologia estadunidenses para transpor o pensamento social dominante do seu país à configuração do extensionismo brasileiro.

Os currículos tradicionais dos cursos superiores nas áreas de Ciências Agrárias no Brasil adotam e se baseia erroneamente para a manutenção do modelo agrícola químico-mecânico implantado nas décadas de 1960-70. Os profissionais formados no modelo do ensino cartesiano eram capazes de acumular conhecimentos sobre poucas especialidades e aptos a transferir tecnologias aos agricultores. No entanto, esses profissionais tornam-se impotentes ao se depararem com a realidade, são incapazes de compreendê-la em sua complexidade e, conseqüentemente, são ineficientes para tratar e responder aos problemas oriundos dela.

Isso ocorre porque, segundo Silveira e Balem (2004), as universidades formam “*experts*” não condicionados ao pensamento crítico e reflexivo, mas a memorização de conteúdos. Se esta formação foi suficiente para a transmissão de tecnologias, mostra-se ineficiente num modelo onde o profissional necessita compreender a agricultura, não apenas como uma forma de produzir alimentos, mas como um processo de produção de uma cultura agrícola, onde os grupos sociais, historicamente constituídos, ao relacionarem-se com os ecossistemas constroem o conhecimento.

Caporal (2001), comprovou essa deficiência ao avaliar que a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo de

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

forma fragmentada, pois na formação profissional não se faz uma integração de disciplinas; existe muito estudo sobre máquinas e insumos, mas muito pouco sobre o homem e seu papel decisivo na agricultura e no manejo dos recursos naturais e as disciplinas que tratam dos aspectos da vida, do indivíduo, de suas relações e da sociedade onde ele vive, trabalha e atua têm muito menos importância.

Para Aguirre et al (1987) é necessário uma metodologia de trabalho com agricultores diferente da tradicional, capaz de superar atitudes paternalistas, assistencialistas e verticais, e que se fundamente no reconhecimento real do valor do saber e experiências dos agricultores, superando atitudes espontâneas que se associam aos projetos de serviço de organizações por falta de um programa de ação consistente.

Nesse intuito, não basta mudar a concepção do extensionista, mas também é necessário e imprescindível para essa nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolver um aparato de metodologias a fim de instrumentalizar a ação. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), por exemplo, requer métodos norteados pela construção do conhecimento e de práticas que valorizem e utilizem a participação plena do agricultor, desde o diagnóstico até a execução da ação. Nesse sentido, Tommasino et al (2006), baseados na concepção Freireana, afirma que o modelo de extensão crítico tem como base a educação popular, onde deve ser usado o método dialético de intervenção, que implica observar a realidade partir dela para a sua transformação.

A crise nas metodologias dos cursos formadores de profissionais nas áreas de Ciências Agrárias e a sua inadequação aos novos modelos de extensão rural poderiam levar a nova extensão rural ao insucesso.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Porém, hoje se presencia a transformação de seus princípios e objetivos, sendo reconhecida como política nacional e, com isso, as esperanças em relação aos entraves passados vividos no campo são postas a prova numa reflexão das práticas exercidas até o presente momento.

Pretende-se colocar em evidência nesse ensaio teórico, para subsidiar a metodologia utilizada e posterior aprofundamento do tema, a PNATER vinda com um amplo programa de formação de agentes de desenvolvimento, o fomento e apoio a redes de ATER para que essas novas diretrizes estimulem os extensionistas a transformar sua prática, numa clara ruptura com o modelo extensionista baseado da Teoria da Difusão de Inovações.

Com esse trabalho objetivou-se trazer a discussão da nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) proposta pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) com enfoque desde a formação profissional, o processo metodológico e de comunicação e a ação do extensionista.

Educação transformadora

Buscou-se, na elaboração da Política Nacional de ATER, uma forma participativa de ação no campo, com orientações metodológicas de cunho educativo, com a promoção da geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de práticas agrícolas consideradas sustentáveis (PNATER, 2004).

Os movimentos sociais trazem, ao longo dos anos, reivindicação de participação no processo de desenvolvimento do campo, bandeira de

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

luta pautada em Paulo Freire, qual seja, a relação entre sujeitos conscientes da realidade e a importância da educação como transformação (LIMA, 2006). Com isso, a extensão rural é vista como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias que permitam o desenvolvimento de uma prática social no qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a agir conscientemente sobre a realidade.

Esta política tem como característica para o seu cumprimento a utilização de novos métodos. Cabe aos extensionistas estarem preparados para compreender o que cada ferramenta significa e sua função dentro da ação da extensão rural. As metodologias participativas, por exemplo, estão baseadas principalmente na mudança de posicionamento do profissional, que deixa de ser uma simples fonte de informação para terceiros, desempenhando, segundo Santos (2005), um papel de sujeito ativo presente também em todas as etapas do trabalho.

O caráter educacional que conduz toda a ação da PNATER é a orientação pedagógica construtivista e humanista, pautada principalmente em Paulo Freire (CAPORAL & COSTABEBER, 1994), ao reconhecer o agricultor familiar como protagonista da ação transformadora de seu meio, objetivando sua melhoria de vida. Esse caráter pedagógico de participação deve ser o guia das ações no campo, com isso o profissional de extensão tem que trabalhar dentro da multidisciplinariedade, alcançando conhecimentos de outras áreas. Aqui está a maior parte do desafio da implantação da PNATER, pois o extensionista traz em si o caráter do conhecimento compartimentado,

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

uma vez que a orientação construtivista e humanista não fizeram parte de sua formação acadêmica.

As orientações metodológicas têm um caráter educativo e segundo Kummer, Diz e Soares (2007) devem promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, construção de processos e adaptação de tecnologias voltadas ao desenvolvimento rural e agricultura sustentável; animar e facilitar os processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos; avaliar participativamente os resultados e o potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes ambientes.

Todo esse aparato metodológico é necessário devido ao grande enraizamento das velhas práticas extensionistas e resistência à adoção de técnicas de comunicação e informação apropriada, consequência de uma concepção de ATER descontextualizada na pedagogia e no método e conhecimento superficial da própria PNATER. Frente a isso, algumas estratégias estão sendo pensadas como ponto de partida para o processo de capacitação dos técnicos nos objetivos e métodos dessa nova orientação política.

A principal questão dessa defasagem está na formação do extensionista, pois o ensino superior ainda está pautado tradicionalmente no modelo cartesiano, onde não há interação entre disciplinas, não há uma intercomunicação entre as dimensões do saber. A gravidade desse fato fica visível quando, mesmo passando por capacitações realizadas pelos órgãos de ATER aos seus extensionistas e aos estudantes recém formados, o acúmulo de conhecimento anterior a esse acaba neutralizando as novas informações.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Nesse sentido, é fundamental ressaltar o principal prejuízo que essa forma arcaica de educar traz para o cotidiano do extensionista, a impossibilidade de entender as relações e interações que ocorrem na vida e no trabalho do homem do campo. O estudante ao tornar um profissional extensionista trata, segundo Caporal (2005), de forma isolada cada parte do problema, reduzindo a complexidade e perdendo a possibilidade de entender as relações e interações que ocorrem num agroecossistema manejado pelo homem.

Com essa dicotomia entre sujeito e processo, a visão holística e a abordagem sistêmica não conseguem ser alcançadas, pois o profissional está preparado para enxergar as partes e não o todo e suas amarrações. Ao trabalhar com metodologias participativas é indispensável tão quanto necessário, o extensionista se assegurar e se posicionar como sujeito do processo, que consiga valorizar o outro como sujeito. Diesel et al (2007) afirma que tais funções não são conquistadas pelo extensionista inseguro na lida com as metodologias.

O posicionamento do extensionista com relação às metodologias participativas é a importância de destaque para a execução da prática da PNATER, pois sabendo-se que as ferramentas do extensionista são os métodos utilizados no campo, estes devem estar de acordo com os objetivos buscados por essa nova política de ATER.

Nesse contexto, é necessário, para que os objetivos da PNATER sejam realmente alcançados na prática, que o enfoque tanto metodológico como a ação do extensionista levem em seus princípios a visão do todo. Que busquem compreender os complexos existentes em cada situação vivenciada no campo, para que os processos sejam pensados e executados com a participação efetiva de seus sujeitos, através da visão holística e da abordagem sistêmica.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Estudiosos consideram a visão holística compreende um paradigma de percepção da realidade que abrange os processos de aquisição do conhecimento desenvolvidos pelo homem numa dimensão da transdisciplinariedade somada a uma vivência transpessoal. Sendo assim, ultrapassa o conhecimento compartimentado realizado pela ciência clássica e alia a ele a experiência entre sujeitos.

É notório o quanto a visão holística fica prejudicada, pois traz na função a intersecção entre conhecimentos advindos de fontes diversas e que complementariam a compreensão da realidade no qual o extensionista irá atuar. Caporal (2003) cita que esta defasagem, dada principalmente pela formação do profissional de ATER, faz com que minimize “sua possibilidade de ter uma compreensão da agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais.”

Para compreender essa afirmação, é necessário entender que a abordagem sistêmica requerida pela PNATER consiste numa análise não só dos objetos físicos (característicos de sistemas de produção), mas com foco nos sujeitos (seres humanos e animais), e, sobretudo, nas relações que caracterizam estes sistemas e as interações destes com o ambiente. A principal função dessa abordagem está no profissional de extensão rural entender as relações humanas e interagir com as mesmas, garantindo a participação no processo de construção dos resultados, os quais não podem estar pré-determinados.

Assim, a afirmação de Caporal (2003) traz em si uma verdade incompleta, pois considerando a busca por uma visão holística, conjuntamente com a abordagem sistêmica, deixa-se de lado o entendimento do todo, principalmente frente à complexidade da unidade familiar, onde se exerce além da prática agrícola a pluriatividade e a multifuncionalidade.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Novo extensionista para um novo modelo de extensão rural

Ao observar a contextualização já feita neste trabalho e pressupondo a Extensão Rural como uma ciência, esta diferente completamente das ciências exatas, Almeida (1989) já elucidava essa disparidade ao considerar que o objetivo da investigação da Extensão Rural envolve a pessoa humana com o seu nível de conhecimento, suas crenças e suas aspirações dentro do universo da natureza humana completamente mutável e condicionada pelo o tempo e lugar em que se encontra em cada momento.

Nesse contexto uma das figuras centrais da extensão rural é o extensionista juntamente com sua ação dentro e fora do contexto da realidade agrária. A sua ação se dá precisamente no domínio do humano, onde a extensão de seus conhecimentos e técnicas se faz aos homens para que esses possam transformar suas realidades objetivando uma melhoria na qualidade de vida. Passa-se a enxergar nesse momento a grande importância que o sujeito extensionista tem para a compreensão dos caminhos seguidos pela extensão rural na prática, visto que essa interferência no meio é uma ação pedagógica, e como prática social, o ato pedagógico é também um ato essencialmente político. Portanto, a ação do extensionista está sempre vinculada a uma determinada forma de interpretação da realidade, para Fonseca (1985) é justamente nesse seu enraizamento histórico-cultural que reside a impossibilidade de ser neutra.

Para tanto, considerando que os métodos não são neutros, o profissional precisa estar aberto a novas formações e capacitações, dentro dos requisitos metodológicos buscados na PNATER, pois no

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

processo participativo o olhar do outro para a obtenção das respostas locais, para a conquista da representação do sentido estabelecido pela comunidade, passa pelo seu preconceito sobre os assuntos referentes ao meio.

Essa nova proposta de se fazer extensão apresenta como desafio a sua implementação, principalmente na prática, pois esse novo contexto requer que o extensionista assuma um papel diferente, que valorize a interação com os agricultores, as capacidades locais e a busca do desenvolvimento na localidade que executa seu trabalho. Percebe-se que o maior entrave, na implantação dessa nova política de ATER, está no próprio extensionista.

Tendo consciência que o velho profissional foi forjado nos moldes tradicionais cujos objetivos que norteiam suas ações e suas pesquisas, foram direcionados às classes dominantes, voltados à agricultura convencional, a PNATER traz a ementa da capacitação dos profissionais de ATER, dentro do Subprograma de Formação de Agentes de ATER, no curso de Aprendizagem e Ação Participativa – teoria e prática sobre Diagnóstico, Planejamento e Ação Participativa, em Extensão Rural.

Essa ementa reconhece, entre muitas outras coisas, que a questão ambiental e social é posta de lado, os profissionais não são preparados para trabalhar com a diversidade do meio rural brasileiro, com a questão da agricultura familiar, da complexidade dos processos que transcendem a unidade familiar de produção. Duarte e Siliprandi (2006), falam em diálogo com diferentes atores sociais presentes no território. Porém, para que essa interação ocorra dentro das dinâmicas produtivas é preciso que os extensionistas se reconheçam como educadores.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Pelo o escopo da PNATER podem-se visualizar alguns pontos indispensáveis na configuração do novo profissional da extensão rural. Sem anular seu conhecimento técnico adquirido, deve ser somado ao seu portfólio os itens que envolva sócio biodiversidade e território (reconhecimento dos territórios e dos povos e comunidades tradicionais, respeito às culturas tradicionais, práticas tradicionais de produção agroextrativista); sistemas sustentáveis de produção (integração dos componentes vegetal e animal, certificação participativa da produção, homeopatia, manejo sustentável de solo e água); construção do conhecimento agroecológico (educação do campo, metodologias de transição agroecológica para ATER/PNATER, tecnologias alternativas sociais para a agricultura familiar, articulação ensino-pesquisa-ATER, juventude camponesa e campesinato, movimentos estudantis e sociais); políticas públicas (reforma agrária, PNAPO, PNATER, mercados institucionais); estratégias de desenvolvimento socioeconômico (abastecimento e construção de mercados e economia solidária); equidade de gênero (feminismo no campo, gênero e sexualidade, políticas públicas e gênero); saúde e consumo (implicações dos defensivos agrícolas, consumo sustentável, organismos geneticamente modificados, normas sanitárias para produção e processamento); biodiversidade (conservação dos recursos genéticos - sementes crioulas e plantas medicinais, acesso e gestão das águas, energia limpa).

Estes itens são indispensáveis porque ao chegar às comunidades rurais, o extensionista não encontrará apenas problemas de pragas e doenças nas criações e culturas e fertilidade do solo em declínio, terá a sua frente pouca e precária infra-estrutura de escolas e postos de saúde, pouco capital, organização fraca e participação passiva dos

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

moradores nos assuntos coletivos, sendo apenas receptores de informações, doações e ações emergenciais. A assistência técnica e extensão rural renovada, será capaz de contribuir para que pessoas e grupos aprendam a se autogerenciar cada vez mais, agindo de uma maneira independente e tomando as suas decisões com determinação.

Sendo observadas as competências técnicas e humanas no novo profissional, faz-se necessário ainda no perfil de um facilitador de mudanças, a presença das características comportamentais e habilidades individuais. A competência social é que vai orientar o extensionista a ser competente em relação a si próprio, conhecer suas fortalezas e fraquezas, saber entender os próprios sentimentos, lidar com a sobrecarga de trabalho, informações e com as próprias emoções e situações estressantes, se automotivar, descobrir e explorar oportunidades e ser autoconfiante.

Para Moscivici (2002), essa é a forma de demonstrar que sabe lidar com outras pessoas de uma maneira adequada às necessidades de cada uma e à exigência da situação. Outra competência extremamente importante é a organizacional, através dela o extensionista terá a habilidade de analisar, planejar, organizar e avaliar, estabelecendo prioridades no seu trabalho e na sua vida pessoal.

Caporal (2003) é bastante enfático quando afirma que os métodos ajudam, mas não são suficientes para construir novas relações entre agentes e beneficiários. Essa postura ajuda a entender a exigência da nova ATER ao insistir num novo profissionalismo que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de pôr as pessoas antes das coisas, com atenção especial aos grupos de agricultores menos favorecidos.

Para que as coisas fluam e se desenvolvam até atingir um alto grau de satisfação e sucesso, o extensionista precisa adquirir

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

habilidades que consigam ir de encontro aos processos e mecanismos específicos existentes nos indivíduos. Para que essas habilidades se revelem o extensionista precisa entender que raramente irá trabalhar com pessoas isoladas, pois os serviços de assistência técnica e extensão rural são prestados, na maioria dos casos, para grupos formais ou informais de pessoas.

O grupo é composto por vários indivíduos e cada indivíduo dispõe de seus sentimentos, conhecimentos, crenças e habilidades, possui ideias e opiniões próprias. Isso leva o extensionista a profundos processos e mecanismos de interação das pessoas, obrigando-o a manter relações intra e interpessoais a partir do seu envolvimento com outras pessoas em grupo.

Tendo em vista que esses grupos se formam em comunidades rurais, na qual se encontram regularmente para discutir as suas necessidades comuns, interagindo para realizar a tarefa de satisfazer suas necessidades, o extensionista se voltará para o sistema organizacional a fim de resolver tarefas e objetivos que uma pessoa não é capaz de resolver sozinha. De forma participativa, planos de ações serão elaborados e discutidos até resolver o que precisa ser resolvido. À luz desse exemplo, o objetivo comum, a tarefa do grupo, consiste no melhoramento significativo das condições de vida para cada uma das pessoas e para o grupo como um todo.

Um grupo é mais do que uma soma de indivíduos envolvidos, é cada um com seus comportamentos individuais. Tendo consciência dessa situação, o extensionista ao moderar eficientemente eventos e reuniões participativas, administrar e gerenciar conflitos, se volta para sua competência interpessoal para ter condições de saber ouvir o outro com empatia, dar e receber feedback, usar uma linguagem verbal e não

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

verbal adequada (olhares, gestos, tom de voz e postura corporal), comunicando corretamente suas motivações.

Em acordo com o acima exposto, Kummer, Diz e Soares (2007) falaram que o extensionista/facilitador deveria ter as atitudes e valores correspondentes a gostar de trabalhar com pessoas e grupos; variar, flexivelmente, a proximidade e a distância do grupo alvo para poder ser aceito como alguém que faz parte e, ao mesmo tempo, ter a visão de alguém que está fora, podendo refletir melhor sobre o que está acontecendo a cada momento e para onde deve chegar; ser pessoalmente engajado e acreditar naquilo que está fazendo; estar preocupado com a continuidade do processo de mudança e fazer de tudo para que os grupos acompanhados precisem, cada vez menos, de sua atuação direta.

Comunicação e comunicador

Há outro fator preponderante para que o sucesso da PNATER seja conquistado, o protagonista, o próprio agricultor familiar. Sendo reconhecido como sujeito nos processos da ATER, este terá participação em todas as etapas e irá direcionar, também, como se dará na prática a ação do extensionista. Pois, é ele quem determinará as metodologias utilizadas e a sua real participação, adequando ao seu modo, a relação deste com a política criada para dar voz aos atores sociais envolvidos neste processo. Toda a relação entre o extensionista e o agricultor se dará por meio do processo de comunicação.

A origem da palavra “comunicar” vem do latim e significa tornar comum. A comunicação tem como objetivo tornar comum a duas ou mais pessoas uma experiência anteriormente individual (SCHWARZ & SCHWEPPE, 2001). Klüsener, Pinheiro e Ceuz (2004), disseram que só

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

há um processo de comunicação quando o conteúdo da mensagem é interpretado pelo receptor, ou seja, quando é observada uma resposta ao efeito da mensagem. Enviar uma carta ou deixar uma mensagem num gravador de chamadas não é comunicar, mas transmitir informação. Assim, “só haverá comunicação se, de alguma forma, o receptor indicar ao emissor que recebeu a informação que lhe foi enviada, e isso só ocorre pelo envio de informação em retorno (feed back)”.

O imperativo técnico levou os extensionistas a imporem seu conhecimento técnico-científico como único válido (SILVEIRA e BALEM 2004). Rogers (1962), falou que os agricultores eram simplesmente rotulados em categorias de “adotadores” de inovações. Fugindo do processo de transmissão de informação, a PNATER torna claro aos extensionistas que a postura pedagógica a ser assumida, é profundamente diferente da clássica e difusionista.

De fato, o processo de comunicação deve ser entendido como algo dialógico, que envolve uma mensagem e uma resposta posterior ao seu entendimento. No entanto, o processo comunicativo não deve ser entendido como um mero repasse de mensagens adequadas aos códigos dos receptores. Temos que verificar se realmente ocorre este diálogo, se as partes envolvidas expõem seus pontos de vista e se ambos se escutam mutuamente.

Neste sentido, é que Freire (1977), abordou a questão da assistência técnica rural como um processo de comunicação que se contrapõe à ideia comum que se tem de “extensão” rural. Isto porque quando se fala em extensão, logo se pode associar a conhecimentos e técnicas que serão “estendidos” a outros, e isso pode ser confundido com uma imposição de conteúdos por parte dos profissionais das Ciências Agrárias.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

Dessa forma, sugere-se entender a realidade do campo como um processo de comunicação no qual estejam contemplados interação e diálogo, constituindo-se numa troca de saberes. A importância do processo comunicativo é demonstrada por Doppler e Lauterburg (2002), ao revelar que 80,0% do tempo de um líder está sendo ocupado pela tarefa de visualizar estratégias para que a comunicação ocorra em todos os níveis da empresa.

Para que quaisquer ações empreendidas tenham resultado significativo a comunicação deve ser de qualidade, pois quando uma comunicação é eficaz, não existem dúvidas quanto ao conteúdo de uma mensagem, mesmo sabendo que cada pessoa pode ter uma percepção diferente sobre uma mesma mensagem.

Conclusões

A PNATER no âmbito dos direcionamentos metodológicos para a ação da extensão, o reconhecimento das culturas locais, da diversidade e das representações sociais, da utilização de processos participativos e democráticos; a abordagem holística e o enfoque sistêmico, servindo para reforçar as metodologias no direcionamento da prática agrícola e o compromisso com a participação efetiva dos agricultores no planejamento e execução das ações do novo profissional extensionista.

Através da PNATER observa-se que o Estado busca transformação no meio rural brasileiro, atuando fortemente nos seus próprios objetivos por meio do ensino que precisa ser transformado até adquirir aspectos que trabalhem a multidisciplinariedade em todos os níveis, os conceitos sistêmicos, para que a formação do profissional de ATER esteja condizente com a nova proposta. Assim, o novo extensionista se

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

configura como aquele profissional das Ciências Agrárias aberto a adquirir novos conceitos sobre o meio rural, sobre como atuar, na busca pela participação de todos.

Abstract

After a discussion with organizations and social movements linked to family farming and to struggle for the land, the federal Government, in 2003, sets a new policy setting of the principles that should guide the action of the rural extensionists in Brazil, aiming to achieve, mainly, the official rural extension services, the National Policy of technical assistance and Rural extension (PNATER). This work aimed to bring the discussion of new technical assistance and Rural extension (ATER) proposed by PNATER, focusing on from vocational training, methodological and process of communication and action of extensionists. The new National Policy of technical assistance and Rural extension, approved in May 2004, defines, among several other subjects, which must contribute to: deployment and consolidation of sustainable rural development strategies; break with the extensionists model, based on the theory of diffusion of innovations; use of participatory methodologies in the public services of STICK and his agents, acting as animators and facilitators of sustainable rural development processes and even a new institutional posture. Therefore, the methodologies used in the field need to go through transformations, adaptations and even an adaptation of subjects involved in the process of extension to new tools, including communication. The discussions along that theoretical work led him to understand that, being the main farmer extensionists and subject, these determine for what purpose will be conducted the practice of rural extension. To do so, the Advisory officers have in their hands, as working tools, the methodologies used to work the knowledge and techniques with farmers; the presence of the State itself which creates the extension programs as well as universities through Science form the professional extensionists. This is reflected directly in the way of thinking of extensionists, the logic with which will lead his technical knowledge to the subject of the countryside, in the choice of methodologies to use and your preconceptions of the rural world.

Keywords: Agricultural Sciences; Rural Development; Participatory Methodology.

Referências

AGUIRRE, F.; DELPIANO, A.; REY, D.; BECA, C. E. **La Asistencia técnica** –propu esta metodológica para El trabajo com productores campesinos. Agrária e PIIE 1987.

Tarciso Botelho Pereira Filho
 Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
 Micaela Benigna Pereira
 Fillipe Silveira Marini
 Universidade Federal da Paraíba

ALMEIDA, J. A.; Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989. 182p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, São Paulo, set./dez., 1994, p. 70-90.

CAPORAL, F.R.A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição “made in USA” ao paradigma agroecológico. In: Seminário sobre a Pobreza, Desarrollo Y Sostentabilidad,1., 2001, Guadalajara,México. Anais...Guadalajara, México, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul./dez.2003.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V.. Por que a “nova ATER” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto Residência Agrária. In: CONGRESSO DE SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais**. Londrina: Sober, 2007. p. 1 - 15. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/912.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2015.

DOPPLER, K.; LAUTERBURG, C. Change management. Denun ternehmens wan delgestalten. 10. Auflage. Frankfurt/Main: Campus Verlag, 2002.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E.. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006, Quito, Ecuador. **Anais**. Quito, Ecuador: Alasru, 2006. p. 1- 17. Disponível em: < <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte%20%20Emma%20Siliprandi.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2015.

FONSECA, M. T. L.; **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo. Ed. Loyola, 1985.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Tarciso Botelho Pereira Filho
 Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
 Micaela Benigna Pereira
 Fillipe Silveira Marini
 Universidade Federal da Paraíba

KLÜSENER, C. S.; PINHEIRO, P. L.; CEUZ, R. M. Disponível em: <http://www.pucrs.br/portal/> . Acesso em: 15 mar. 2015.

KUMMER, Lydia; DIZ, Vera Lúcia C. de Almeida; SOARES, Rodrigo Maurício Freire. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar.**: conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: EBDA, 2007. 155 p.

LIMA, I. S.. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-9, jul. 2006. ISSN 1809-4651. Disponível em: < http://www.unisc.br/pg/stricto-sensu.html?gclid=CI_Eyrq2wsgCFY2BkQodnswFIg >. Acesso em: 18 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. Brasília: MDA, 2004. 22 p. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%Aancia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater> >. Acesso em: 15mar. 2015.

MOSCOVICI; F. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York: Free Press, 1962.
 SANTOS, A. D. (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos sicoambientais /** IEB-Instituto internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

SCHWARZ; A. A.; SCHWEPPE. R. P. Praxisbuch NLP. Denkdichnachvorn. 2. Auflage. München: SüdwestVerlag in der Econ Ullstein List Verlag GmbH&Co. KG, Münschen, 2001.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. Formação Profissional e Extensão Rural: a incapacidade de superação do Modelo Agrícola. In: VI ENCONTRO DASOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. **Anais...** Aracaju, 2004.

Tarciso Botelho Pereira Filho
Isnaldo Rodrigues Evangelista Filho
Micaela Benigna Pereira
Fillipe Silveira Marini
Universidade Federal da Paraíba

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. Formação Profissional e Extensão Rural: a incapacidade de superação do Modelo Agrícola. In: VI ENCONTRO DASOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. **Anais...** Aracaju, 2004.

TOMMASINO, H; MARQUEZ, M. N. G.; GUEDES, E.; PIETRO, M. ExtensiónCrítica: los aporte de Paulo Freire. In: Humberto Tommasino; Pedro de Hegedüs. (Org.). **Extensión:** reflexiones para a intervención em el médio urbano y rural. 1ed. Montevideo: universidad de la Republica – Facultad de Agronomia, 2006, v.1, p.121-135.

Recebido em: 14/10/2015
Aprovado em: 01/03/2016